



O Congresso contra a soberania popular

A constitucionalidade de impeachment
sem crime de responsabilidade



Universidade Estadual de Santa Cruz

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA - GOVERNADOR**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
WALTER PINHEIRO - SECRETÁRIO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR**

**DIRETORA DA EDITUS
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO**

Conselho Editorial:
Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente
Alexandra Marselha Siqueira Pitelli
Eduardo Lopes Piris
Evandro Sena Freire
Guilhardes de Jesus Júnior
Jorge Henrique de Oliveira Sales
Josefa Sônia Pereira da Fonseca
Lessi Inês Farias Pinheiro
Luciana Sedano de Souza
Lurdes Bertol Rocha
Maria Luiza Silva Santos
Ricardo Matos Santana
Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti
Sabrina Nascimento

CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

I I SÉRIE
Estudos de
Direito Público



O Congresso contra a
soberania popular

A inconstitucionalidade de impeachment
sem crime de responsabilidade

Ilhéus-Bahia



Editora da UESC

2018

Copyright ©2018 by
CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

DIAGRAMAÇÃO
Lária Farias Batista

REVISÃO
Maria Luiza Nora
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244 Nascimento, Carlos Valder do
O Congresso contra a soberania popular. A inconstitucionalidade de impeachment sem crime de responsabilidade / Carlos Valder do Nascimento. – Ilhéus, BA: Editus, 2018.
174 p. – (Estudos de Direito Público ; XI).

Referências: p. 171-174.
ISBN: 978-85-7455-475-4

1. Direito tributário – Brasil. 2. Impedimentos – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito). 4. Crime fiscal. I. Título.

CDD 343.0481

Elaborado por Quele Pinheiro Valença — CRB 5/1533

EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORIA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação da série	9
Apresentação do volume.....	11

CAPÍTULO I – ASPECTOS FUNDAMENTAIS EM RAZÃO DO IMPEACHMENT CONTRA A PRESIDENTE

DILMA ROUSSEFF.....	13
1.1 A complexidade do tema.....	15
1.2 Enquadramento constitucional da matéria.....	17
1.2.1 Dispositivos acerca da competência privativa da Câmara dos Deputados	17
1.2.2 Crimes de responsabilidade: processo e julgamento .	18
1.2.3 Regras consubstanciadas na Constituição Federal de 1988.....	20
1.2.4 Não existe mandato presidencial de oitos anos.....	24
1.2.5 Pressupostos e efeitos jurídicos do parecer do TCU	26

CAPÍTULO II – NATUREZA JURÍDICA

E CARACTERÍSTICAS DO IMPEACHMENT	29
2.1 Natureza Jurídica	31
2.2 Impeachment sem crime de responsabilidade.....	33
2.3 Carências morais como deterioração da política	37
2.4 Pressões e ameaças explícitas contra os votantes	37
2.5 Banalização dos pedidos de <i>impeachment</i>	38

CAPÍTULO III – DESCARACTERIZAÇÃO DAS CHAMADAS PEDALADAS FISCAIS E DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES ...

3.1 As pedaladas fiscais não têm lastro legal.....	43
3.2 Atrasos no pagamento a bancos fiscais e política.....	46
3.3 Decretos de abertura de créditos suplementares	48

CAPÍTULO IV – ANTECIPAÇÃO, ENDIVIDAMENTO NA ÓTICA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	53
4.1 Antecipação da receita	55
4.2 Endividamento público	55
CAPÍTULO V – OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO SE CONFUNDEM COM REPASSE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	59
5.1 Opinião do Ministério Público de Contas	61
5.2 Operações de crédito no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	62
5.3 Caracterização da operação de crédito como fenômeno econômico.....	65
CAPÍTULO VI – FEDERALISMO, POLÍTICA FISCAL: RESULTADOS E CONTROLES	69
6.1 Federalismo fiscal e sua complexidade	71
6.2 <i>Superávit</i> fiscal na terminologia econômica	74
CAPÍTULO VII – A PARCIALIDADE NA VOTAÇÃO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	79
7.1 A votação realizada no âmbito da Câmara dos Deputados.....	81
7.2 A ausência e seriedade na sessão do processo de votação	84
7.3 Festival de besteira que assola o país (Stanislaw Ponte Poeta)	87
7.4 Atos incapazes de justificar o pedido de <i>impeachment</i>	90

CAPÍTULO VIII – O USO INADEQUADO DO INSTRUMENTO PROCESSUAL	95
8.1 Inadequação do instrumento usado	97
8.2 A imprecisão dos termos do pedido e	
o elastério do conjunto da obra	98
8.2.1 Aspectos processuais	98
8.2.2 Violação ao devido processo administrativo e	
jurisprudência do TCU	100
CAPÍTULO IX – CIDADANIA, DEMOCRACIA E IMPEACHMENT	107
9.1 O poder emana do povo: cidadania	
e democracia	109
9.2 Teoria da transcendência dos fatos	112
CAPÍTULO X – A QUESTÃO FISCAL SUSCITADA PELO PEDIDO	119
10.1 Ausência de medidas estruturais requerido	
pela Lei de Responsabilidade Fiscal	121
CAPÍTULO XI – A COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	127
11.1 Senado Federal exerce uma jurisdição especial	129
11.2 A analise do impedimento do STF: a questão	
política e a questão jurídica	131
11.3 Características formais dos chamados atos políticos	134
CAPÍTULO XII – A QUESTÃO DA AUTONOMIA DOS ATOS POLÍTICOS OU JURÍDICOS	137
12.1 Considerações gerais.....	139
12.2 Teoria dos atos políticos ou de governo.....	141

CAPÍTULO XIII – RECURSOS A JURISDIÇÃO INTERNACIONAL	149
13.1 Se o Supremo Tribunal Federal se julga incompetente	151
13.2 Contradições processuais em razão de vícios insanáveis	152
13.3 Esclarecimentos de conteúdo substantivo integral.....	154
13.4 Crime de Responsabilidade na ótica da LRF	156
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS.....	171

Apresentação da série

A Universidade Estadual de Santa Cruz, movida pelo desejo de sistematizar e colocar à disposição do público acadêmico a obra do professor Carlos Valder do Nascimento, um dos docentes da Casa na área jurídica com maior produção publicada, decidiu fazer uma coletânea de seus trabalhos, fartamente conhecidos no país, mas pouco explorados pela comunidade acadêmica interna.

Os estudos constantes do presente livro formam a obra intitulada Série ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO desvelados pela essencialidade de sua doutrina. Referem-se a diversos trabalhos escritos pelo referenciado no campo da pesquisa e do magistério a partir de 1983 e, portanto, correspondente a sua trajetória de mais de três décadas no Departamento de Ciências Jurídicas desta Universidade.

O **décimo primeiro volume** da série é intitulado **O Congresso contra a soberania popular: A inconstitucionalidade de impeachment sem crime de responsabilidade.**

O trabalho exaustivo de pesquisa levou o autor a um patamar elevado em face da natural repercussão dos pontos de vista esposados e pela diversificação de sua obra com trânsito por diversos ramos do conhecimento jurídico. Assim, pôde, ao longo do tempo, participar diretamente das discussões dos mais variados temas polêmicos enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo por este várias vezes citado em seus julgados, credenciando-o como um autor acatado no cenário jurídico brasileiro.

Dai, a observação do jurista Ives Gandra da Silva Martins:

Conheço Carlos Valder há mais de trinta anos. Jurista de prestígio nacional e autor de sólida obra no campo do Direito Tributário -- alguns em co-autoria comigo --, granjeou como advogado, professor e jurista, desde o início de

sua carreira, conhecimento de seus pares e admiração pela objetividade e segurança com que sempre tratou dos temas a que se dedicou e sobre os quais escreveu.

É um professor de Direito com a preocupação de preservação do direito de defesa dos valores democráticos e um idealista, que vê na cátedra forma de colaborar com o desenvolvimento do País...¹

Não bastasse isso, a doutrina que desvela na formulação de suas teses jurídicas, bem construídas, como foi o caso da coisa julgada inconstitucional, lhe valeu a devida notoriedade. Além disso, tantas foram as contribuições, visando à formação do convencimento dos magistrados, reveladas no número da expressiva jurisprudência que têm dado primazia as suas manifestações doutrinárias, seja pelos tribunais superiores, seja pela justiça de primeiro grau. Tem sido igualmente citado em várias obras de conceituados juristas pátrios.

Cabe ressaltar que ao longo da sua profícua carreira acadêmica grande foi a sua participação no debate oral e escrito de temas polêmicos e relevantes do cenário jurídico brasileiro.

Como consequência desse esforço acadêmico empreendedor, é que se pode colher, contemporaneamente, o fruto do seu labor forjado no amadurecimento profissional e, em verdade, dessa vontade persistente nasce uma coletânea reveladora do fôlego produtivo do docente, em razão do seu conteúdo substantivo.

¹ MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Emenda dos precatórios:** fundamentos de sua inconstitucionalidade. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 9. Prefácio.

Apresentação do volume

O presente estudo aborda a questão relacionada com o impeachment de Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional, tendo em vista que não observou o devido processo legal e, sobretudo, a instrução contraditória e a ampla defesa de instrumentos assegurados pela Constituição da República. Neste particular aspecto, verifica-se que o Congresso Nacional que operou no julgamento em tela atentou contra a soberania popular.

Durante todo o curso do processamento e julgamento do referido procedimento não restou provado o crime de responsabilidade que segundo os parlamentares travestidos de julgadores constava do libelo acusatório. As chamadas pedaladas fiscais e as operações de crédito em nenhuma hipótese atentaram contra a Constituição até porque jamais existiram.

Com este trabalho, o autor pretende demonstrar as evidências jurídicas da constitucionalidade do impedimento cujo desdobramento se deu à revelia da lei e de expresso comando constitucional, daí a necessidade do seu questionamento a fim de reestabelecer o primado da legalidade.